

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.327 - MT (2018/0343235-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : BANCO SISTEMA S.A
ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MT008184A
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS E OUTRO(S) -
MT013994A
LUCIANA COSTA PEREIRA - MT017498
FABIANNY CALMON RAFAEL - MT021897
AGRAVADO : JAIME LUIS DE SOUZA
AGRAVADO : IGOR CARRASCO CECONELLO
AGRAVADO : MARIO ANTONIO SCHIOCHET
ADVOGADOS : JOACIR JOLANDO NEVES E OUTRO(S) - MT003610B
CAROLINE GALDINO BARREIROS - MT014167

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por BANCO SISTEMAS S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL — EMBARGOS DE TERCEIRO — COMPROVAÇÃO DA POSSE DA ÁREA PENHORADA — SENTENÇA ESCORREITA — HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS — MANUTENÇÃO — FIXAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 85, § 2º, DO CPC — MAJORAÇÃO — SEDE RECURSAL — INTELIGÊNCIA DO § 1.1 DO ART. 85 DO CPC — RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

De acordo com o disposto no artigo 674 do Código de Processo Civil, o embargo de terceiro é o remédio processual utilizado por pessoa estranha à relação jurídico-processual, desde que tenha a propriedade e a posse ou apenas a posse do bem objeto de constrição judicial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, o Tribunal majorará os honorários advocatícios em grau recursal.

Nas razões do recurso especial (fls. 153-165), o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, que os honorários fixados na origem se mostram exorbitantes, motivo pelo qual devem ser reduzidos.

Contrarrazões às fls. 750-755.

É o relatório.

DECIDO.

2. O recurso não prospera.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, considerando que o recurso especial tem como escopo a defesa da higidez do direito objetivo e a unificação da jurisprudência em matéria infraconstitucional, é imprescindível que a parte recorrente exponha

precisamente os dispositivos legais supostamente violados pela instância de origem.

Na hipótese dos autos, nota-se que **não houve indicação clara** dos artigos de lei que teriam sido contrariados, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF.

A parte recorrente se limita a afirmar que os honorários advocatícios, – arbitrados no percentual de 18% na origem – são exorbitantes, mas não colaciona, no bojo se sua fundamentação, os artigos de lei que poderiam amparar sua pretensão.

Vale salientar que, conforme orientação desta Corte Superior, "a mera menção a dispositivos de lei federal ou mesmo a narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate, sem que se aponte a contrariedade ou a negativa de vigência pelo julgado recorrido, não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal" (REsp 1.672.425/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 08/08/2017, DJe 12/09/2017).

Ainda nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO MAL EXECUTADO. REEXAME DE PROVA. VALOR DO DANO MORAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO.

1. Não se admite o recurso especial quando sua análise depende de reexame de matéria de prova (Súmula 7 do STJ).

2. Não se conhece do recurso especial quando a deficiência de sua fundamentação impedir a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284 do STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 843.786/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. MERA REFERÊNCIA OU TRANSCRIÇÃO DO DISPOSITIVO. SÚMULA 284 DO STF.

1. É firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a falta de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal de cuja interpretação o acórdão impugnado divergiu implica deficiência na fundamentação do recurso especial. Inteligência da Súmula 284 do STF. Precedentes.

2. A mera referência ou transcrição do dispositivo supostamente ofendido não supre a deficiência argumentativa do apelo extremo, já que caberia ao recorrente mencionar, de forma inequívoca, os motivos pelos quais a interpretação dada pelo acórdão impugnado viola ou nega vigência aos preceitos legais eventualmente mencionados. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 518.665/TO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 09/02/2017)

É necessário que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional **sejam particularizados de forma inequívoca** os normativos federais

supostamente contrariados pelo tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada.

O não atendimento quanto à indicação clara e precisa de como se teria dado violação aos dispositivos legais arrolados configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida. Isso porque a controvérsia a ser tratada no recurso especial, sob a baliza da alínea "a" do art. 105, inc. III, da CFRB, respeita solver discussão quanto à contrariedade ou negativa de vigência perpetrada pelo tribunal *a quo* à legislação ou tratado federal em sua aplicação ao caso concreto.

O mero inconformismo não oferece os subsídios constitucionalmente exigidos para o julgamento do recurso especial, pois a falta de demonstração clara e específica de possível violação de normativo infraconstitucional (argumentação deficiente) esvazia o sentido da controvérsia a ser dirimida nos termos impostos pelo art. 105, III, "a", da Constituição Federal (conferindo incompreensibilidade à questão), o que torna apropriada a aplicação, dada sua inteligência, da Súmula 284/STF.

3. Além disso, destaca-se que o conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente, o que não ocorreu na espécie.

Aplica-se, mais uma vez, o óbice da Súmula 284 do STF ao presente caso.

Nessa linha:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial, pela alínea c do permissivo constitucional, exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1119408/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCURADOR FEDERAL. MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE VANTAGENS CUMULATIVAMENTE COM O SUBSÍDIO. ALÍNEA "A". DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. SÚMULA 284/STF.

I - A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se

apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

II - A propositura do recurso pela via da divergência jurisprudencial não dispensa o recorrente de apontar qual o dispositivo legal que teria sido objeto de interpretação divergente entre tribunais. A deficiência na fundamentação obsta o conhecimento do recurso fundamentado na alínea "c", razão pela qual incide o enunciado n. 284 da Súmula do STF.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1014224/PI, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017)

4. De qualquer forma, nota-se que, na presente hipótese, a Corte local arbitrou a verba honorária em 18% sobre o valor atualizado da causa, ou seja, nos exatos limites estabelecidos no art. 85, § 2º, do CPC/2015, o que leva à conclusão de que não há qualquer mácula no aresto objurgado, uma vez que os termos nele expostos guardam perfeita harmonia com o que prevê a legislação pertinente ao tema.

5. Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator